
8 – MUDANÇAS NO USO DO TERRITÓRIO

O território das sociedades tradicionais, distinto do das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes [...] e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das “unidades de conservação por que “não é usado por ninguém”. Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas (DIEGUES, 2001, p. 84)

8.1 O sentido das mudanças

No âmbito da luta camponesa, a resistência é também um processo de mudanças de conduta em que se sai da passividade e se começa a tomar iniciativas de auto-organização. Este caráter é de peso fundamental, visto que, sob tais iniciativas, suas práticas sociais se manifestam por ações criativas que se colocam coletivamente perante a realidade envolvente. Nisso manifesta-se uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo tais aspectos também tornam o camponês mais exposto a processos externos na sociedade envolvente, sobretudo no mercado. Então, conviver com a ambigüidade é uma condição da luta e da resistência, visto que o isolamento é impossível e inconcebível.

Com essas considerações, buscamos aqui refletir sobre as mudanças recentes no tratamento de políticas voltadas para o espaço agrário produzido na Amazônia-acreana. Então, refletiremos sobre as mudanças paradigmáticas no uso que fazem da terra florestal e as perspectivas locais, no âmbito de suas significações.

Então, seriam as organizações coletivas e comunitárias instrumentos de fortalecimento dos vínculos locais? Ou estas apenas favorecem a disciplina dos trabalhadores ao mercado? Quais os sentido da firmação de uso florestal do território como definidor de padrões de mercadoria e do desenvolvimento regional? Como ficam as pretensões campesinas quando são envolvidos no âmbito da consolidação de territórios das unidades de conservação – as UCs? Vemos nessas perguntas situações que permitem traçarmos uma análise crítica do significado das mudanças que têm sido implementadas no espaço produzido regional, seja via pretensões locais sobrepostas por propósitos globais no âmbito dos movimentos ambientalistas e na adoção de novos padrões produtivos, seja como políticas de regularização fundiária em territórios florestais pelo poder público Estadual e Federal.

8.2 Perspectivas socioambientais

As organizações comunitárias e coletivas da Amazônia-acreana têm se guiado claramente por um viés socioambiental, como instrumento de construção de sua auto-sustentação. Nesse sentido, vemos as *dimensões econômicas e ecológicas* como dois fortes cunhos que se sobrepõem, inclusive, a outras dimensões, quando as consideramos no âmbito da construção de um projeto de auto-sustentabilidade local.

Se por um lado inserem-se essas dimensões nas perspectivas agrárias no conjunto da formação das associações, por outro lado a extrapola. Esta situação aparentemente paradoxal, deriva do contexto da problemática mundial, já que as questões ecológicas impostas para a Amazônia têm se sobreposto a projetos locais, p.e, como condicionante para viabilização de reivindicações de ordem econômica. Nesse sentido, as opções por “sistemas de produção” ligados às concepções conservacionistas, desde o início, surgiam sob duas dimensões:

- Uma que se enraíza na necessidade de mostrar que mesmo sem romper com a economia de mercado vigente, há outras possibilidades para o “desenvolvimento” da região.
- Outra que se pautava por uma questão simples de auto-sustentação no ambiente vivencial agrário amazônico-acreano.

Por outro lado, a opção vinda no âmbito da frente pioneira agropecuária, mais que destruir *a natureza*, destruía *as condições de vida do camponês* na região. Já as opções que se vinculam à revalorização dos recursos naturais (tanto manejados das florestas, como cultivados em SAFs) as viabilizam. A aceitação perante as dimensões acima referidas deve-se à questão de que sob o ponto de vista de um mercado externo (sobretudo, “nichos de mercados”), podia-se promover o fortalecimento das bases econômicas e produtivas nas quais os territórios vivenciais camponeses eram bases de produção. Vemos que muito mais que uma consciência ambiental, a opção pela valorização do potencial da natureza amazônica foi uma questão de sobrevivência. Se por um lado os trabalhadores organizados souberam valorizar as condições de seus modos de vida, de seu ambiente de vivência para iniciar seus projetos com financiamentos externos, por outro, criou-se espaço para estratégias mundiais do capitalismo, por haver nesses grupos sociais pontos de apoio para ocupar uma facção de mercado que abria, mas que a produção ainda é pouca atrativa ao capitalista.

Então o capital reproduz sem capitalizar o processo produtivo, pois o faz viabilizando a produção, em território *não-capitalista*. Significa que aí se constrói nova face

de subordinação do trabalho camponês, num processo de reprodução/acumulação ampliado, sob base de significação da mercadoria ecológica, provinda da Amazônia, produzida sob a organização dos trabalhadores locais. Portanto, perante os *movimentos de luta na terra*, a opção por formas “sustentáveis” é uma questão estratégica de auto-sustentação sob uma ótica política (que mundializa a questão e o apoio obtido) e econômica (que viabiliza a produção para um mercado e garante renda familiar). Então a opção ecológica vem secundariamente subordinada aos ditames do mercado; e é aceita porque tem bases na realidade vivida e defendida nos movimentos sociais dos trabalhadores da *floresta* e do *campo* e, ainda “abre as portas” para apoios importantes.

No momento em que realizamos esta pesquisa (2002-2004), no contexto amplo da Amazônia-acreana, há uma forte influência do atual Governo do Estado do Acre. Esta situação deriva do alinhamento do projeto do “Governo da Floresta” (*slogan* da referida equipe de governo) ao *projeto mundializado de desenvolvimento “sustentável”* e, com isso, essas “vertentes de alternativas de desenvolvimento” das organizações associativas e cooperativas passam a ter maior respaldo no âmbito das políticas públicas estaduais. Assim, sob ótica tanto dos movimentos sociais como do estado, no espaço agrário, quase tudo se encaminha para a direção de uma maior valorização do potencial da natureza florestal.

São inegáveis os avanços no sentido de conquistas dos trabalhadores organizados e da eficiência do aparelho público na execução deste projeto. Todavia, é também inegável que há uma instrumentalização do capitalismo, agindo via máquina administrativa do estado e submetendo algumas das organizações coletivas e comunitárias na execução de um projeto de desenvolvimento (que não tem raízes locais), gestado no contexto dos países enriquecidos, e colocado para as regiões mais “empobrecidas do mundo”. Sob esta ótica, poderemos compreender a problemática no espaço agrário no tocante ao desenvolvimento de SAFs, das conquistas ambientais, da potencialização da natureza amazônica e das organizações coletivas na interseção com os ditames do mercado capitalista, sob uma perspectiva de espacialização da opção pelo chamado “desenvolvimento sustentável”.

8.3 A externalização da produção camponesa

O território vivencial camponês é base para sua projeção no espaço vivido. Sua autonomia deriva do poder de domínio que estabelece neste, como ambiente de trabalho e de produção de mercadoria, mas também de vivência familiar integral. É, portanto, *locus* de

uma produção que se externaliza e o coloca no âmbito da circulação de mercado. Nesse processo, firma as bases para sua autonomia ou dependência no âmbito do espaço produzido.

Vejamos então o processo de domínio da terra. A terra, como “meio de produção”, produtora de bens essenciais para a vida social e econômica, tem sido considerada sob finalidades diversas, mas aqui nos interessa vê-la no tocante ao domínio que se estabelece para fazê-la produtiva. Para o capitalista, ao constituí-la em propriedade privada (domínio legal juridicamente falando), é meio de multiplicação de seu capital. Isso virá, seja colocando-a a produzir (podendo além da extração da renda, explorar o trabalho de outrem) ou a se valorizar no mercado, seja para vendê-la ou para obter renda de outrem pelo seu uso (extraíndo a renda absoluta da terra), ou, ainda, porque tanto numa como noutra situação, estará territorializando-a como *terra de negócio*. Para o produtor camponês, ela é meio de produção de sobrevivência. Daí, independentemente de sua condição jurídica ser de propriedade ou de posse, ao dominá-la, esta ganha condição de *terra de trabalho*, *locus* em que se produz para viver, *locus* de moradia, mas também, *locus* de produção de excedente pela qual externaliza seu potencial (domínio legítimo fixado, nem sempre juridicamente reconhecido).

Nesse sentido, a propriedade, ou melhor, o domínio sobre a terra é condição fundamental para a existência da produção camponesa. Entendemos que a terra acessada por grupos camponeses transferidos para a Amazônia-acreana, nas décadas 1970/80, constituiu numa estratégia de resistência, desses sujeitos que migraram no contexto da fronteira. Sua naturalidade permanece, mas sua *terra de trabalho* agora é sua “casa”, é onde fixa no seu território de produção base para a sobrevivência familiar. Juntamente aos trabalhadores locais, acessar a terra seria uma re-significação de suas vivências camponesas e também da *desterritorialização* da *terra de negócio*, retirada do poder do capital e redimensionada em territórios menores, como *locus* para reprodução camponesa integral.

No âmbito desta territorialização camponesa, há a recriação de processos internos e externos que devem ser entendidos. Na terra camponesa, a produção divide-se em produtos para a auto-sustentação e produtos para o mercado, isto é, mercadorias; essas mercadorias são responsáveis pela transformação do produto do trabalho não-capitalista em dinheiro e de possibilitar ao produtor, no mercado, a aquisição de bens que não produzem em sua unidade produtora. Nota-se nisso inter-relações constantes que possibilitam entender a internalidade da produção camponesa produzindo mercadoria e como daí se origina a externalidade de sua potência de produtor e de consumidor, ou seja, indo ao mercado comprar

e vender. É nesses aspectos processuais que a unidade de produção familiar é constituída de relações internalizadas, mas também de relações externalizadas, pois tem necessidade de consumo como qualquer facção da sociedade (em padrões diferentes, pois seus valores socioculturais que norteiam o consumo e até o poder aquisitivo, também são diferentes), formando-se mecanismos de trocas com o mercado enquanto instância do modo de produção dominante. Nessa conjuntura, as diretrizes de um projeto de vida local poderão ser incorporadas a um projeto econômico global, no âmbito da produção capitalista de mercadorias específicas, sem, contudo, significar uma total diferenciação ou subordinação social camponesa.

Todavia, para esses sujeitos, o território de vivência é mais do que um conjunto de condições materializadas de objeto. É também um universo simbólico de relações que permeiam o acesso e o domínio da terra. Nesse mundo de significações firmam bases reprodutivas sob o “cimento” das lutas sociais, da conduta não submissa, da resistência e, às vezes, em ações silenciosas perante forças opressoras no mercado. Mas também podem ser base para uma *submissão parcial da produção* (não do tempo, por isso, *parcial*), otimizando espaços do mercado para garantir os recursos financeiros (dinheiro) na firmação de condições de seu *viver bem*.

Do que foi exposto, já vimos que a luta, a resistência e a inserção no mercado são pontos essenciais para se entender as relações de externalizações da produção camponesa, sobretudo na organização comunitária e coletiva, como mecanismo de entrada no mercado. A importância de *lutar na terra* surge da necessidade de não aceitar a expropriação que tende a ser retomada a qualquer momento, como dimensão da luta de classes. Esta expropriação pode advir seja pela pressão sobre o domínio da propriedade fundiária nos PAs; pelo abandono nas áreas de PAs, RESEXs e PAEs em que formaram espaço de alastramento da pobreza também após suas implantações; ou ainda pela não adoção de uma matriz produtiva capaz de gerar renda ao trabalhador na da realidade vivida no agrário regional.

Assim, se a *terra e o trabalho* são a essência *do todo* do camponês, a produção é a materialização das condições objetivas de sua existência como respostas ao momento histórico, nos padrões de consumo, de produção e de circulação que encontraram na Amazônia-acreana. Isso significava, no contexto de propósitos do avanço das atividades agropecuárias e da inadequação da produção agrícola camponesa, impactos que na luta e nas organizações coletivas tinham como meta a construção de uma proposta diferente para o desenvolvimento regional.

Em meio a grupos de camponeses migrantes, mais vinculados a organizações sociais agrárias, tem-se a conscientização de que agricultura convencional que trouxeram do Centro-Sul era inviável de ser praticada em maior escala na Amazônia, perante as inúmeras situações vividas. Entre os trabalhadores acreanos, sobretudo nos grupos vinculados a movimentos de resistência, esta compreensão já era uma situação consumada há muito tempo. Dessas necessidades práticas, começam a buscar alternativas para trabalharem a terra, sob maior produtividade e renda para a família camponesa trabalhadora.

Seria a partir dessas incertezas que, sob incentivo da CPT/AC e da orientação de órgãos técnicos, começa haver mudanças nos processos produtivos. Assim, junto com a organização de associações e cooperativas, teve-se a opção por práticas agrárias que, no setor produtivo, guiava-se por cultivo de produtos regionais, numa concepção mais arraigada às políticas eco-ambientalistas mundiais. Isso tornava-se também forma de confronto do “desenvolvimento” proposto pelas forças dos movimentos sociais *versus* o que era apontado tanto pelo poder público e pela iniciativa privada, para a região nas décadas de 1960 a 1990, com a expansão da pecuária. No âmbito geral, pode-se dizer que, do ponto de vista produtivo, ambos buscavam (e buscam) integrar a região ao mercado; entretanto, o caráter inovador é que as propostas integradas no contexto das políticas eco-ambientalistas e dos movimentos sociais buscavam também criar formas de fortalecer a produção camponesa e seu domínio sobre o território produtivo acessado.

Sob essas bases, alguns trabalhadores organizados, inicialmente no Projeto RECA (Nova Califórnia, RO.) em áreas restritas da RESEX e PAEs (no Acre), definem junto a órgãos de assessoria e de extensão rural (seja ONGs ou governamental), linhas produtivas para as quais desejam orientações para atuar. Surgem, daí, incentivos a formação de áreas reflorestadas, com espécies regionais de grande potencial econômico, sobretudo no aproveitamento de seus frutos. Seria, então, a transformação da atividade de cultivos diversificados em formas de recuperar áreas semidegradadas, transformando-as em “ilhas de produtividades”, em meio às florestas primárias ou secundárias, com práticas de culturas consorciadas de várias espécies (silvícolas ou não). Assim, se não recupera totalmente o ambiente, reduz-se o processo de degradação das condições pedológicas e geomorfológicas do terreno cultivado e possibilita o retorno, ainda que reduzido, de parte da vida florística e faunística, num espaço agora muito produtivo para a família que o cultiva. Do ponto de vista técnico, estes processos dos quais estamos tratando são o que chamam de criação de *Sistemas Agroflorestais* (SAFs).

No que se refere à adoção de SAFs por camponeses amazônicos-acreanos, isso tem significado uma mudança na matriz produtiva no espaço agrário regional. Claramente isso provém da busca de otimizar a produção com as condições ambientais locais e com as tendências que o mercado aponta para ser acessado com produtos específicos, produzidos em condições específicas de significações sociais, ambientais e ecológicas. Os SAFs são processos de artificialização na produção e uso da terra que, contudo, conservam e recriam ambientes produtivos muito próximos dos ambientes da natureza local

Assim, tem-se destacado os SAFs, em áreas em que são retiradas as capoeiras, implantados sistemas de cultivo com o cupuaçu, pupunha, açaí e araçá, seringa, castanha, café, cacau. Também introduzem as chamadas “essências amazônicas”, que são espécies madeireiras locais, como o mogno, a cerejeira, o cedro, castanheira etc., ou “espécies exóticas”, como o freijó e a teca; sendo que nos primeiros anos a área pode ser ainda aproveitada para a plantação de culturas temporárias¹. Também há o emprego de técnicas de “enriquecimento de espécies”, o que consiste no plantio de espécies da flora regional no meio a florestas primárias ou secundárias (em pequenas trilhas abertas), adensando a população de uma espécie, geralmente com vistas de tornar a área mais produtiva, sobretudo do ponto de vista econômico a médio e a longo prazo.

Os SAFs adotados por camponeses na Amazônia-acreana, em geral, teve desde o início, como no Projeto RECA, pautado-se por uma base econômica (de geração de renda familiar), ecológica e social, (MUNIZ,1998). Todavia, podemos dizer que, sob a idéia dos SAFs, é visto profundamente o problema da produtividade e da degradação do ambiente, mas sem vincular a questão social da pobreza como o maior problema (resultado do reducionismo da visão sistêmica inerente à sua concepção). As famílias camponesas vêm nessas práticas possibilidades de garantir renda com diversificados produtos, mas para os órgãos financiadores o viés “ecológico” é decisivo na concessão ou não de fomentos. O que demonstra uma supremacia do *valor de troca* sobre o *valor de uso* implicado sobre o processo produtivo interno da unidade produtiva familiar, mas respondendo a impulsos externos do modo de produção hegemônico que o sobrepõe².

¹ - Numa visão sistêmica de classificação, segundo DUBOIS, VIANA e ANDERSON (1996), seriam sistemas silvi-agrícolas complexos, pois combinam árvores e arbustos com espécies agrícolas. Todavia, somente pode-se considerá-los como SAFs, se incluem ao menos uma espécie arbórea ou arbustiva no contexto praticado.

² - Vemos que isso é explicado pela apreensão que o homem deixa em uma situação de conscientização criada a partir da trocas estabelecidas diretamente entre sua capacidade de interagir entre si e com a natureza. Isto na produção de valores de uso necessários, para uma situação externa, na “medida que a solidariedade orgânica, antes vigente, é tornada impossível” (Santos, 1987, p. 62). Então o valor de troca passa a dominar as relações, e o mercado se sobrepõe, ditando o que se produz e fornecendo o que se consome.

Contudo, com a diversificação de produção, os SAFs, sob o ponto de vista econômico, oferecem maiores perspectivas para o produtor, visto que vincula o potencial natural com práticas de manejo e até com a artificialização de ambiente para adequar a produção a um espaço mercadológico. Isso traz significações que implicam integralmente em reconstrução de identidades e territorialidades na vida das famílias que as praticam. Se considerarmos premissa de que “não há sustentação para quem não tem renda” (Jean-Pierre Minghan, ex-coordenador da CPT/AC, 2000), então, seguramente o camponês que fez tais opções tem ganhado com as práticas sistemas agroflorestais.

Tais são os significados que “os associados do Projeto RECA conseguiram ao longo dos anos organizados, incorporar valores e assumiram uma nova postura no falar, no agir e na forma de trabalhar”. Atualmente já se denominam como “*agrossilvicultores* e não mais agricultores”, e desenvolveu-se uma “sensibilidade e maior respeito para com a Amazônia e suas potencialidades” (OLIVEIRA *apud* MUNIZ, 1998, p.5). Portanto, é inegável que há uma mudança no campo sociocultural e que esta está intrinsecamente ligada ao novo construto produtivo efetuado, no processo de alienação das condições preexistentes para a produção de novas territorialidades. Desse processo se pode dizer que, como explica Santos (1987, p. 62-63), “se manifesta dialeticamente como nova territorialidade e cultura nova” em interferência recíproca, “mudando-se paralelamente a territorialidade e cultura e mudando o homem”. Quando essa síntese é perceptível, “o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida”³.

Em síntese, a respeito dessas mudanças, a adoção de SAFs significou uma (re) opção por atividades agrárias de silviculturas, como estratégias de melhor adaptação do trabalho familiar às condições ambientais locais e das possibilidades de mercado. Isso traz repercussão integral em toda a vida destes sujeitos sociais que adotam tais mudanças no seu processo produtivo.

Todavia, nesta opção, cabe-nos dizer que:

- No âmbito da formação socioespacial local, a opção por práticas que se enraízam em formas diferentes de encarar o ambiente produtivo, sob a ótica de valorização de seu potencial natural, implica em revisões profundas de valores que atuam integralmente sobre a vida e a existência dos trabalhadores camponeses locais.

³ - Nisso vemos o poder reconstrutor e renovador do *habitus* na reedificação de novas identidades camponesas.

- Ainda, que os grupos sociais organizados lutam para criar mecanismos de fortalecimento da permanência na terra, ao adotar a implantação de agrossilviculturas, fortalecem uma produção direta ao mercado e obtém sustentação econômica ao seu projeto de vida na região, mas numa relação semi-subordinada às forças hegemônicas da sociedade.
- Além das vantagens apontadas, temos que considerar que para as condições climáticas da região, com a agrossilvicultura, desenvolve-se menor quantidade de “pragas” e doenças; há um maior aproveitamento do espaço de produção com a diversificação produtiva; formam-se lavouras de cultivos perenes; além do fato de que, devido às altas temperaturas, que predomina no clima amazônico, o produtor trabalha parcialmente na sombra.
- As lavouras de agrossilviculturas (SAFs) são alternativas viáveis para a produção camponesa na região, mas ainda há muita incerteza na sua prática, no manejo, na combinação de espécies, no impacto de uma produção em maior escala e, também, na própria formação de mentalidade em meio a esses camponeses para vê-la como uma alternativa para seus trabalhos.
- Com a implantação dessas lavouras, os camponeses organizados em associações e cooperativas entram no mercado com produtos diversificados e se especializam em produzir em padrão “ecologicamente correto”. Nisso respondem a um perfil de produto, que como já referimos, há “nichos de mercados”, formados por setores mais enriquecidos da sociedade, que estão dispostos a pagar por uma mercadoria que traz, no seu valor de troca, significados de um construto simbólico de lutas, e, sobretudo, de redefinição de relações do homem com o ambiente natural.
- O cultivo de espécies regionais não é algo estranho à vida das populações tradicionais locais, mas a redefinição com os “SAFs” é um mecanismo externo incorporado no ideário da luta e da resistência dos trabalhadores organizados. Todavia, é certo que muitas das indefinições encontradas tiveram respostas nas experiências e nos conhecimentos locais, embora isso ainda tenha sido pouco valorizado e intercambiado.

- Ao externalizar a produção e se inserir no mercado, há processo de regulação que se faz presente, p.e., sob a alegação de adequar padrões de qualidades ao perfil estético e ecológico do produto, à orientação de tipos produção etc.

O que tudo isso mostra é que apenas um forte vínculo político na formação interna da organização diminuirá as possibilidades de maiores subordinações no âmbito destas externalizações da produção camponesa. Isso tem que ser bandeira de luta para a manutenção da autonomia, sem perder a capacidade de adotar novas condições de produção e de comercialização como formas estratégicas de garantir ganhos.

Agora, com esses aspectos, podemos voltar a tecer algumas considerações sobre outros sentidos da *luta na terra*. Essas lutas se enraízam na resistência dos camponeses florestais, trazendo, para o cotidiano do embate, dimensões do imaginário social (que é espacial e temporal) e significados aprendidos pela sua longa vivência na realidade local. O ambiente da *luta na terra* torna-se um vasto e rico *campo de possibilidades* de aprendizados, de troca de experiência entre o camponês local e o migrante e, até mesmo, de adoção de novas técnicas produtivas que lhes são repassadas no contato com a externalidade. Então a *luta na terra* já é muito mais que a organização cooperativista e associativista, é também a busca e a adoção da revalorização de antigas e novas práticas produtivas capazes de oferecer maior geração de renda aos trabalhadores. Nisso reside a instituição de mecanismos de auto-sustentação e resistência, mas também pode-se firmar outros de enfrentamento ou submissão ao mercado.

8.4 Conservação e potencialização da natureza ao mercado

Na Amazônia-acreana, as áreas de exclusivo uso extrativo, e também as áreas de assentamentos, foram frutos primordiais da luta dos seringueiros. Assim, na conquista de territórios exclusivos para a reprodução camponesa na região, sobressaíram as RESEXs e os PAEs, com importantes significados de conquista ambiental. A RESEX é uma modalidade de unidade de conservação⁴ que, todavia, por tratar do contexto que surge no Acre, carece de um tratamento especial. Esta se insere como conquista provinda da

⁴ - Unidades de Conservação (UCs), são definidas como um territorial de conservação da natureza. Ao serem delimitadas, cabe à instância pública criadora (União, Estados ou Municípios) fomentar formas de gestão deste território como foi definido na referida lei. O território das UCs deve ser entendido como o locus de preservação integral de recursos naturais existentes, ou seja, com suas águas, sua flora e sua fauna (BRASIL, 2000).

intervenção direta dos movimentos sociais de trabalhadores florestais na firmação de seu território, inclusive gerando as bases sob as quais seriam criadas.

No seu alcance ambiental, significou a territorialização do espaço camponês e a manutenção das condições essenciais para um modo de vida já consumado no contexto produtivo florestal, com seu próprio arranjo espacial. Não se pode negar que a situação de pobreza da população seja ainda um obstáculo forte a ser superado para consumir integralmente a conquista no âmbito socioambiental. Portanto, acreditamos que o camponês florestal terá que ampliar suas alternativas produtivas, num projeto de vida pautado em dimensões da autonomia, sob a organização comunitária como metas coletivas, ao menos na produção e comercialização de suas mercadorias.

As unidades de conservação (UCs), atualmente, estão inscritas na Lei 9.985/18/072000, no Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), o qual estabelece seus critérios e normatizações seja para a criação, implantação ou gestão⁵ (BRASIL, 2000). Nessa conjuntura de políticas ambientalistas, o Acre tem sido colocado como área prioritária de conservação no contexto Amazônico. No estado, existem seis UCs., sendo duas de “uso indireto”: Parque Nacional da Serra do Divisor; e Estação Ecológica do Rio Acre, numa área total de 920.512 ha; e quatro de uso direto (duas RESEXs, uma Floresta Nacional e uma Florestas Estadual do Antimari), numa área de 1.722.160 ha. (ACRE, 2000). Ao todo, já representam 17% do território do Estado do Acre (UCs de “uso indireto”: 6%, e UCs “uso direto”: 11%). Todas apresentam territórios habitados por populações⁶ que aí vivem há décadas, por mais de duas gerações, em plena relação com o ambiente local.

Nas unidades de “uso indireto” está prevista a retirada da população e a implantação de estruturas de apoio de uso específico aos estudos científicos e visitação pública (ecoturismo). As de “uso direto”, como já tratamos, no caso das RESEXs, buscam formas de explorar os recursos naturais dentro de padrões de produção já consumados pela população local ou com a adoção de técnicas de manejos (vindas ou aperfeiçoadas fora do

⁵ - Apesar de no Acre existirem UCs de uso indireto, aqui trataremos apenas do sentido daquelas que permitem o manejo humano como territórios de espaço vivencial de comunidades que já habitam, ou seja, aquelas de uso direto. Estas são classificadas como “Unidades de Usos Sustentáveis”, que podem ser definidas como espaços de compatibilização da conservação da natureza com o uso “sustentável” de parcela dos seus recursos naturais. O uso vai além da pesquisa e visitação, chegando até às formas de exploração de seus recursos naturais. Nesse grupo estão as áreas de proteção ambientais, as áreas de relevantes interesses ecológicos, as florestas nacionais, as reservas extrativistas, as reservas da fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural (BRASIL, 2000).

⁶ - Excetuando-se a RESEX Chico Mendes e a Estação Ecológica Rio Acre, das quais não temos dados precisos da população, as outras UCs estão ocupadas por 1.465 famílias de trabalhadores florestais (ACRE, 2000), sendo que só no Parque Nacional da Serra do Divisor, são 522 famílias (que deverão ser retiradas num futuro próximo).

lugar). Nas florestas nacionais e estaduais, onde também são previstas a manutenção da população local, reconhece-se o arranjo espacial histórico existente, mas estimula-se a formação de novos arranjos com infra-estrutura melhorada (a ser criada pelo poder público gestor), mas que o usufruto pelos moradores, geralmente, implica que estes terão que se mudar para essas áreas específicas – os “núcleos comunitários”.

Nas áreas de uso indireto, a expulsão é algo que já consta no processo de criação como destino inexorável aos moradores locais. Como se explica isso? Essas modalidades foram criadas no Brasil sob influência de políticas norte-americanas, em que se concebia a necessidade de se manterem intocáveis certos “espaços naturais”, como “reliquias” para serem visitadas, compreendidas, vistas, admiradas, e delas se levar apenas imagens e recordações (“o mito moderno da natureza intocada”, conforme **Diegues**, 2001). O mais cruel de tudo é que isso ocorre em terras habitadas – territórios e espaços vivenciais secularmente constituídos!

No caso das modalidades de “uso direto”, excetuando as RESEXs, há processos que conduzem a coordenação externa (do órgão público responsável) a atuar promovendo mudanças locais que retirem as famílias de sua terra. Há também mecanismos de expropriação, pois o poder público entende que “terra por terra, os moradores locais podem viver em qualquer lugar”, mas esta não é a realidade; uma *colocação* é portadora de valores sentimentais (familiares, socioculturais, territoriais), é terra de seus antepassados, é parte da história que permeia a vida de cada morador. Só compreenderemos isso se penetrarmos um pouco no mundo do “imaginário”, do “simbólico” social e das representações que permeiam a relação de cada família camponesa florestal com seu ambiente de vivência cotidiana, ou seja, com seu território de vivência. Esta “retirada” forçada, ou melhor, a “expulsão de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado” (DIEGUES, 2001, p. 65). Tal efeito certamente ocorrerá, mesmo quando se faz com vistas à fixação em “núcleo comunitário”, como já está definido da Floresta Nacional de Macauã⁷ (Rio Macauã, Sena Madureira, AC.), que vimos em visita no mês de março de 2002.

⁷ - Aqui, o sentido de território é condição fundamental para se compreender, pois este não é idêntico para as comunidades locais e para as autoridades políticas. Para o homem da floresta, p.e, este tem dimensão simbólica como os valores de herança familiar com o lugar, mas também de práticas como *locus* da produção de sobrevivência, de trabalho no roçado e na mata, de lazer, de caça, de pesca, de crenças etc. Por isso, o território é algo “descontínuo, marcado por vazios aparentes (terra em pousio [...]) que são usadas [...] somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo como parte das ‘unidades de conservação’ porque ‘não é usado por ninguém’” (DIEGUES, 2001, p.84). Isso se diferencia da visão que temos quando o projetamos de nossos espaços vivenciais urbanos e industriais, quando o vemos como contínuo, limitado e

Há, todavia, questões que nos fazem ter certa precaução com a extensão maciça dessas políticas no Estado, o que tem sido apontado pelo Poder Público local com respaldo do Governo Federal. Temos de considerar que a proposta da criação das florestas nacionais e estaduais e as medidas de manejo são formas que se enquadram no Projeto do Novo Rural Brasileiro (SILVA, J. Graziano da, 1999) do Governo Federal (sobretudo a partir do governo FHC). O que está em jogo é a viabilização do uso do solo e também da floresta com manejos de recursos naturais ou uso agroflorestal sob propósitos capitalistas⁸, excluindo a produção camponesa já existente (mesmo que seja por mecanismos de subordinação). Para isso, a comunidade local passa a ser vista mais como potencial de mão-de-obra a ser agilizada e preparada para a exploração por empresas que atuam na área, do que como geradora de iniciativa autóctone de desenvolvimento. Portanto, se houver “desenvolvimento” gerado nessa proposta de uso, certamente não estará sendo gerada *autonomia e auto-sustentação* local para as populações.

Todavia, no contexto em que foi concebida no Brasil a política de conservação da natureza, carece de algumas ponderações quanto à sua adoção maciça no Acre. Nesta região da Amazônia, historicamente não existiu terra desabitada e isso está fundamentado no processo de formação econômica e política do Acre e áreas circunvizinhas. Portanto, quaisquer programas que visem proteger a *floresta*, mas que não considere as condições processuais que produziram a realidade dos sujeitos que a habita, tornar-se-ão mecanismos de expropriação.

É inconcebível que ainda se pautem por uma concepção de que o homem é quem degrada o ambiente natural. É preciso compreender qual a força que impulsiona este sujeito a agir destruindo a natureza, pois há categorias sociais, como os seringueiros, que viveram muitas décadas na floresta sem degradá-la. Esta é a situação dos seringueiros acreanos, em que sua presença trouxe impactos mínimos ao longo de mais de um século aí vivendo. Há necessidade de ver quais são as forças motoras dos processos reais que fazem a degradação do *ambiente*; porém, este, visto não como “natureza pura”, mas como *inter-relação intrínseca Homem/Natureza*. Então, compreenderemos que a pobreza humana

representativo, conhecido de limites; é esta a visão que permeia as políticas conservacionistas que dão base ao Sistema Nacional das Unidades da Conservação (SNUCs).

⁸ - Considerando a influência ideológica do ambientalismo internacional, pode-se dizer que estas políticas pautam-se numa idéia de “uso racional”, mas que, na verdade, agem dentro de “um contexto de transformação da natureza em mercadoria” (DIEGUES, 2001, p. 29). Aí, reservam espaços das florestas para a utilização capitalista prioritária dos recursos (seja na exploração direta com a extração madeireira, p.e., ou indireta com o estudo científico e com o turismo ecológico), mesmo que para isso tenham que retirar a população local, ou “amontoá-las” num “recanto reservado”.

existente nas áreas florestais, nas áreas de lavouras e também nas cidades, é sinal de que esta *degradação é integral no espaço produzido* (o que não significa ser totalizante); por isso não é a natureza que é degradada, mas o ambiente vivido amazônico (que é natural, mas também social e cultural) seja na *floresta*, no *campo* ou na *cidade*. Então, de fato notamos que realmente, há vozes que percebem e falam da degradação da *natureza*, mas não vêm a degradação do *humano* que ocorre, até mais drasticamente (MARTINS, 1991)

Contudo, por um lado, há uma necessidade de estabelecer as UCs como garantias de preservar a floresta em seu sentido integral, diante do avanço de forças produtivas que não vêm na *natureza natural* fontes de recursos e de vida social. Por outro lado, na realidade amazônica-acreana, colocar preservação florestal sobre as condições de conservar modos de vidas locais é condenar parte da população à miséria nas periferias das cidades ou em espaços marginais no campo. As transformações de seus espaços vivenciais em áreas de conservação, assim, irá sempre aparecer como algo estranho na vida dos moradores locais. Um exemplo disso vimos na área do FLONA Macauã (Rio Macauã, Sena Madureira, AC), onde as pessoas sabiam apenas que agora havia uma presença mais marcante do governo (IBAMA) no local, mas desconheciam ou desconfiavam do que está para acontecer. Daí, tais condutas são justificadas, pois a criação da UC não teve vinculação direta com as metas dos trabalhadores locais em suas organizações comunitárias, em que preferiam a criação de uma RESEX.

O que se apreende de tudo isso, concebidas como são as UCs, é que há uma necessidade de se rever as metas de manejos, de uso dos recursos, sobretudo por serem postos de fora para dentro. Mais do que isso, na situação amazônica, é preciso rever as concepções das políticas públicas fundiárias para o ambiente florestal habitado, sobretudo não implantando “modelos importados”, mas gerando propostas e projetos a partir das especificidades locais, e sobretudo da luta dos moradores que vivem na floresta. Vemos nas RESEXs a proposta que mais considera as condições locais; talvez não seja o “modelo”, mas com certeza são pontos de referência para se conceber novas modalidades que tenham como meta a regularização fundiária em áreas florestais.

Queremos ressaltar que, nesta conjuntura, os territórios das UCs, inclusive das RESEXs, e também dos PAEs e até áreas de antigos PADs, têm se transformado em territórios de potencialização para a produção de *mercadorias verdes*. Nas RESEXs e PAEs tem sido fomentado projetos de manejo de recursos madeireiros, coletas de sementes nativas, produção do látex, produção de óleos etc. Nos PADs, as atividades de agrossilvicultura e o

aproveitamento dos recursos naturais (que existem nas reservas individuais de lotes que ainda não foram desmatados totalmente) tem sido incentivado e experimentado, sobretudo por grupos produtores organizados em associações. Nas UCs de “uso direto”, ainda está sendo incrementado, mas já se definem: áreas de usos coletivos para as comunidades locais que deverão habitar o “núcleo coletivo”; áreas para a exploração madeireira por empresas da iniciativa privada; e áreas para o ecoturismo.

Em todo esse tratamento diferenciado, tanto no que se refere à regularização fundiária como na produção, o que se pretende é retirar daí uma mercadoria com perfil exclusivo, isto é, que possa levar o *selo ecológico (selo verde)*. Serão estas as chamadas *mercadorias verdes* (se preferir, “*ecológicas*”) da região. Então, estas opções são importantes para os moradores, na medida em que eles absorvem o perfil do produto que precisam ter para vender. O que não se pode perder de vista é que estes homens e mulheres não são *instrumentos de produzir* produtos de qualidades orgânicas, ecológicas, ou melhor, produtos que possam obter o *selo verde*, por determinação externa (seja do Estado ou direto do mercado), sobrepondo seus ritmos e suas perspectivas como sujeitos sociais aí territorializados. Aqui não se trata de uma população que já se proletarizou, pois ainda detém o domínio de seu espaço produtivo. São também produtores de sua auto-sustentação, tem perspectivas de vida que nem sempre são otimizadas apenas na ótica do mercado.

Então, na fomentação de políticas locais, os parceiros externos são importantes como tal, mas saber o que é *bom para a comunidade é um dom dela própria*. Esta interferência externa pode ser um elemento a mais para contribuir na edificação de novos patamares de vida e até da autonomia desses sujeitos, mas pode ser também um elemento a promover o “aborto” de experiências que já estavam em avançado processo de consumação. O que está em curso, apesar de exceções, tem caminhado mais na segunda do que na primeira direção; isso é deveras preocupante!

8.5 A autonomia na interseção com o mercado: as organizações coletivas

No âmbito geral das questões agrárias na Amazônia-acreana, vemos uma relação muito prática entre as organizações coletivas e a adoção de atividades produtivas direcionadas por orientações de produção das “mercadorias verdes”. Esta relação é viabilizada sob três situações num ponto de vista lógico:

- Como fruto das lutas dos movimentos sociais que se colocaram contra as forças da frente pioneira agropecuária, o *movimento da luta na terra*

tinha que expressar um alternativo “projeto de desenvolvimento” para si próprio e para a região.

- A consciência ambiental mundial, com os movimentos ambientalistas e ecologistas apontando para um “modelo de desenvolvimento alternativo” que não rompe as bases mercadológicas vigentes.
- As organizações coletivas buscaram apoios externos, dispondo-se a ocupar “nichos específicos” de mercado, mais exigentes para com o produto, no seu tipo, na sua origem e na forma de sua produção.

Isso tudo se permeia por um viés de mercadoria ecológica que define o que é um “bom produto” para o mercado. É para este nicho que as organizações irão instrumentalizar sua produção com vistas a obter ganhos para seus representados.

Os movimentos sociais cumpriram assim a importante tarefa de formar a organização para além dos embates políticos dos STRs, para uma ação efetiva de criar alternativas organizacionais ao campesinato local. Se inicialmente não apelavam para o mercado, como referiu **Aliev** (1998, p.198), após a conquista de territórios esta necessidade passa a ser um elemento a contar na *luta na terra* com as associações e cooperativas⁹. Nesse sentido, estas são as primeiras instâncias a optar, na prática, por medidas de organização da produção sob a ótica das orientações ligadas à opção pelo “desenvolvimento sustentável”.

As parcerias com a obtenção de financiamentos de órgãos internacionais são recursos empregados sem os quais não se teria os avanços já conseguidos. Também o Estado, nos últimos anos, tem sido importante parceiro a direcionar tipos de produtos pelos fomentos concedidos, com criação de setores especializados em apoio às organizações coletivas, setores de secretarias (SEATER e SEFE), da Agência de Negócios do Acre - ANAC (de caráter mais amplo com orientação de mercado e estratégias de *marketing* para produtos locais, mas também para a iniciativa privada).

Ademais, entrar no mercado com uma produção feita em áreas da Amazônia-acreana sempre ofereceu desafios. Estes podem vir tanto da distância dos grandes centros nacionais, quanto do tipo de produto e da competitividade necessária. Daí a necessidade de também industrializar parte da produção, sendo que nos casos de polpas de frutas, p.e, este processo pode torná-la menos perecível, ao mesmo tempo em que promove

⁹ - É bom fazermos aqui uma distinção entre estas duas instâncias: as **associações** são núcleos das organizações comunitárias vinculadas à defesa de interesses locais e de embate político com o poder público, mas também servem para articular a produção local com o mercado; já as **cooperativas** têm finalidade, do ponto de vista

maior agregação de valor ao produto no local. Isso significa mais ganho para o produtor, fortalecimento de suas organizações e maior riqueza circulando na região. Assim há uma orientação ao mercado com a especialização do trabalho local na produção de *mercadoria específica*.

É claro que o mercado não faz isso como algo sem retorno. Primeiro há um direcionamento para a especialização da produção, que no caso são produtos regionais que tendem gradativamente a ser enquadrados num novo padrão de apresentação de consumo como “produtos ecológicos”. Segundo, o mercado também visa otimizar a força-de-trabalho em setores sociais produtivos que não se territorializaram como domínios do capital, mas que este pode subordiná-los pela produção no âmbito da circulação de mercadorias. Terceiro, que no contexto mundial, perante às questões dos movimentos ambientalistas, há uma supervalorização do “produto amazônico” ligado ao ambiente natural; e, assim, apoiar, comprar, financiar algo relacionado à região e que significa ter consciência e ser solidário à necessidade de preservá-la; isto pode ser uma estratégia de marketing empregada.

Nesse sentido, as organizações coletivas e comunitárias têm sido formas de buscar uma “capitalização” da produção local, sem que os territórios camponeses venham a passar por tais transformações, necessariamente. Então se forma um processo que tem faces duplas: por um lado, ao se “capitalizarem” como “negócio coletivo agroflorestal”, podem tornar o produtor associado mais fortalecido em sua terra, dada a maior segurança econômica obtida; e, por outro lado, a “empresariarização do negócio” pode transformar as metas fundamentais das conquistas dos trabalhadores em situações inexecutáveis, passando a atuar no mercado como se fossem “iniciativas privadas individuais”. Isso é um perigo que ocorre quando o capital fixo começa a crescer e os repasses das sobras (aos associados) ficam limitados a baixos percentuais, por mecanismos da própria estrutura administrativa da organização.

Outra questão que desvirtua o processo de fortalecimento das organizações coletivas ocorre quando o Estado, no âmbito de sua opção pelo “desenvolvimento sustentável”, tomou a formação de associações e cooperativas como metas de políticas públicas. Na verdade, o papel do poder público deveria ser o de apoiar a formação de uma mentalidade cooperativista/associativista para que cada grupo forme suas próprias organizações.

interno, voltada para a organização da produção e, do ponto de vista externo, voltada para a comercialização. São pessoas jurídicas distintas, mas que se articulam entre si no âmbito de cooperação.

8.6 Da construção da autonomia à geração da auto-sustentabilidade

Com o avanço das conquistas pelos camponeses organizados, uma questão que tem acompanhado os discursos é a de que esses sujeitos sociais estão se capitalizando. Sob esta ótica, apontam que é isso o que revela a mudança no padrão de consumo, na absorção de tecnologias de produção, na relação com o mercado. Por exemplo, hoje, na área de manejo madeireiro e no RECA, é comum que as famílias tenham casas em boas condições de habitação, tenham televisores, antena parabólica, uma renda familiar razoável e, algumas, até um pequeno veículo motorizado.

Aqui precisamos desfazer alguns “mitos”, como: que este trabalhador está passando por mudanças internas e externas nas suas condições de vida é verdade. Porém, admitir que, pelas mudanças acima, estão deixando de ser camponeses para serem empresários rurais – produtores familiares – é no mínimo um equívoco, e põe em dúvida a capacidade inteligível destes sujeitos, como se tudo mudasse, mas o “mundo camponês” tivesse que permanecer alheio a tudo¹⁰. Ora! Este trabalhador não é uma “entidade” que se isola da realidade social; tem seu mundo (como cada classe social também o tem), mas interage num espaço que é bem maior; é produtor também de mercadoria, transita pelo mercado, compra (consome), vende (produz), e até pode sofrer diferenciação social (mudança de classe social), porém isso não se mede somente por esses itens. A capitalização é um processo de “diferenciação social” do trabalhador, que implica muito mais do que a tecnificação crescente. Implica na circulação de sua mercadoria, em mudanças na sua localização no processo produtivo e no comportamento social, e no “crescimento do capital sob ponto de vista de relações sociais” (SILVA, J. Graziano da., 1999), ou seja, só ocorre quando o dinheiro é colocado a girar, a produzir mais dinheiro¹¹, quando mudam as bases da relação de trabalho familiar fundada na auto-exploração para a exploração de mão-de-obra de outrem. Isso pode acontecer, mas não é o que está acontecendo, via as referidas organizações ou com maior amplitude na Amazônia-acreana.

¹⁰ - As mudanças dizem respeito a uma construção social histórica, pois a criação de novo padrão de desenvolvimento leva a mudanças, ainda que parciais, do modo de vida (novo estilo de vida) e com alterações graduais nos “padrões de desenvolvimentos e os estilos de vida anteriores”. Isso resulta numa (re) estruturação econômica e social relativamente heterogênea, caracterizada por complexas inter-relações (SUNKEL, 1980). É nisso que atua o poder renovador dos sujeitos como algo que se inscreve no seu instinto de *ser* e de *ter*, isto é, no *habitus* como capacidade renovadora deste campesinato (BOURDIEU, 1996).

¹¹ - Significa uma mudança na relação em que se “produz” a mercadoria para “ter” o dinheiro e “comprar” mercadoria para seu autoconsumo (M-D-M), para outra aplica-se o dinheiro para comprar mercadoria e produzir mais dinheiro (D-M-D¹). No primeiro caso temos renda em dinheiro, no segundo caso temos capital.

Assim, no contexto do mercado, o território camponês é colocado como espaço de produção de produtos e da auto-sustentação familiar, mas à medida em que se organizam, também se especializam como espaço de realização de produção de mercadoria. A fixação de uma condição que vincula o trabalho camponês ao mercado, entendemos ser demonstrativa de que nas dinâmicas processuais da sociedade há assimilação de novos valores, novas articulações internas e novas formas de produção num processo de auto-criação que é temporal e espacial. Com isso, é equivocado quando dizem que uma família de camponeses, simplesmente por ter uma renda familiar maior ou adotar certas tecnologias no trabalho, está se descaracterizando, se capitalizando. Portanto, a produção camponesa também é mais do que um padrão de consumo e do que as condições econômicas vividas; ela se inscreve na realidade como um *habitus* (BOURDIEU, 1996), em um construto socioespacial e territorial que é permeado também por valores socioculturais, por capacidades intelectivas, por um universo simbólico e de outras dimensões que refletem as especificidades de cada grupo na sua localização e proposições¹².

Num diálogo com um produtor agrossilvicultor do RECA, perguntamos sobre a renda familiar e este a estimou em um valor anual que corresponderia aproximadamente a dois mil reais mensais, trabalhando num SAF de 5 ha. Perguntamos se compraria mais terra ou fazenda e este respondeu que não, pois possuía terra suficiente, e caso necessário ainda poderia ampliar o tamanho de seu SAF mais umas dez vezes. E completou, explicando que estava investindo na melhoria de suas condições de vida familiar: – “Hoje tenho dois filhos estudando fora, fiz uma casa nova, comprei um terreno aqui na vila (Nova Califórnia), comprei um carro e está dando para viver”. Houve, portanto, mudança no padrão de consumo, no *estilo de vida*, mas não mudou os propósitos da auto-sustentação familiar e não se está colocando sua renda a girar no mercado (o que seria sua capitalização). A questão ainda é *viver bem*¹³. O que não descarta a capitalização da organização representada pelo capital fixo já ostentado, e que tende a se ampliar como podemos ver no Projeto RECA (RO.) e na CAPEB (Brasília).

Assim, com as organizações coletivas e comunitárias, a condição de firmação de bases sólidas para a produção camponesa abriu-se sob inúmeras possibilidades.

¹² - Aqui vemos a concretização da significação de que “Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (BOURDIEU, 1996, p. 22).

¹³ - Vemos esta noção como um *signo distintivo* da resistência camponesa. Este se mostra como uma das funções do *habitus* “que é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (BOURDIEU, 1996, p. 21-2). Aí geram as condições que diversificam e unificam a prática social de sujeitos, inclusive nas escolhas sociais, na aquisição de bens, na aplicação de seus recursos etc.

Nesse sentido, vemos que a geração de novos padrões não é algo estranho, pois é um construto de sua luta, de sua vivência, de sua resistência na terra e de sua *inteligência*. A sustentação destes novos padrões ocorre por uma relação dialética que se “os novos valores” incorporam novos elementos, também se firmam sobre bases anteriores, ainda que numa relação de negação e de auto-superação. No conjunto, há imbricação no processo da formação socioespacial, o que nos leva a formalizar pontos para compreendermos os elementos que promovem, na dinâmica da vida camponesa na região, às vezes de forma contraditória, no contexto destas organizações em:

- Um *projeto de vida camponês* pautado nas dimensões concretas e simbólicas de sua constituição como *classe social*, partindo de seu território de domínio e de sua unidade produtiva como base condicional para a existência. Nas associações e cooperativas estes “projetos” tornam-se coletivos e não é mais um indivíduo (pessoa ou grupo familiar) a construir espaços, mas é uma parcela da sociedade que a busca.
- A *construção da autonomia* é condicionante à existência de um projeto de vida familiar e coletivo. A autonomia é a condição destes sujeitos se autogerirem, desde sua vida particular até a dimensão que aparece nas cooperativas e associações. Referimo-nos aqui às dimensões que constituem o *ser cidadão*, também para quem vive na *floresta* e no *campo*.
- As organizações coletivas prezam por princípios de *solidariedade*, mas atuam e buscam espaço num mercado que se rege pela *competitividade*. Nessa condição, é necessário um esforço da organização de ter, no âmbito dos movimentos sociais e internos a cada associação ou cooperativa, *princípios de cooperação e solidariedade* como elementos que sirvam para elevar as condições de vida do grupo. A contrapartida é que, quando atuam no mercado local, tendem a atenuar os preços, ao consumidor da cidade, de alguns produtos e elevar o preço pago ao produtor (com eliminação da ação do atravessador).
- Na *dimensão familiar e comunitária* firmam-se as bases de toda a organização camponesa. Sua projeção será a partir da identificação de uma comunidade sendo espaço para famílias se unirem e agirem

política e culturalmente. Nisso tem-se a valorização da identidade social (individual e coletiva) como parte da condição para criar sujeitos autônomos, e capazes de gerir a própria vivência e seus negócios.

- Nas *dimensões socioambientais como ações políticas de classe*, considera-se que os trabalhadores organizados vêem as questões ambientais mais do que pela consciência “ecológica”, mas como bandeira de luta pelo seu modo de vida, por outra direção no desenvolvimento da região e por uma questão de mercado. Assim, tomam posições diferentes e trazem para seu cotidiano a incorporação da questão ambiental, pois defendem antes de tudo seu espaço de vivência.

Nesse sentido, a mudança deve ser vista como uma condição de gerar ganhos sociais, mas que também são econômicos, ecológicos e culturais, pois a questão que é colocada como assoalho da *luta na terra* não é a defesa da floresta, mas a defesa do direito de ficar na terra, de viver da terra, e é daí que brota a consciência de cuidar da terra (floresta, rios, fauna). Isso deve ser considerado a ponto de ser fortalecido não apenas porque “rende dinheiro”, mas porque são fontes de vida; e nós precisamos dessas fontes para viver!

Aqui podemos até desvirtuar o sentido de um conceito que está sendo construído como o de *sustentabilidade*, mas, tudo isso, nas situações que temos estudado, é parte do processo de sua construção como condição intrínseca de nossas vidas, nas quais o “critério”, se é que podemos falar dele, é a luta para viver! Daí, então, projetam-se as bases para pensarmos a *auto-sustentabilidade*.

Tudo isso, como estamos vendo na Amazônia-acreana, passa por um projeto de *autoconstrução* na luta dos camponeses e trabalhadores em geral.

U'